



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

Parecer DJ nº 118 /2018

Assunto: Veto Total nº 05 ao Projeto de Lei nº 24/2018 – “Denomina “Toninho Evangelista” o Campeonato Valinhense de Futebol de campo categorias menores e juvenil – Edição 2018”. Mensagem nº 18/2018.

À Diretora Jurídica
Dra. Karine Barbarini da Costa

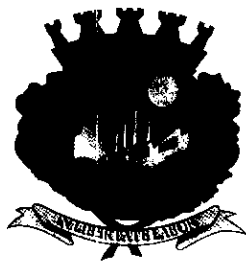
O Prefeito Municipal de Valinhos vetou totalmente o Projeto de Lei nº 24/2018 que ***“Denomina “Toninho Evangelista” o Campeonato Valinhense de Futebol de campo categorias menores e juvenil – Edição 2018”***.

Fundamentando o veto, o nobre alcaide alegou contrariedade ao interesse público.

Consta da fundamentação que *“(…) de acordo com a Secretaria de Esportes e Lazer (área técnica responsável Pela matéria na Administração Municipal), (...) da forma como está redigida - contraria ao interesse público, na medida em que os referidos campeonatos de 2018 já homenageiam o brilhante técnico Dilson Roberto Dias (...)”*.

Assim sendo passamos a tecer nossas considerações.

A respeito dos projetos de denominação este Departamento já se manifestou que, muito embora, o projeto reunisse condições de legalidade, conforme disposto no art. 8º, inciso XVI da LOM, quanto à Constitucionalidade há posicionamento desfavorável do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

A competência legal da Câmara para apreciação do veto consta do artigo 27 do Regimento Interno e do art. 54 da Lei Orgânica em simetria com a Constituição Federal.

Ressalta-se que o veto é parte da fase constitutiva do processo legislativo, a qual compreende a deliberação e a sanção, ou seja, é a fase de estudo e deliberação sobre o projeto proposto. Tal fase se completa com a apreciação, pelo Executivo, do texto aprovado pelo Legislativo.

Trata-se de intervenção do Executivo na construção da lei, em respeito ao princípio de freios e contrapesos consagrado na sistemática constitucional. Sendo que esta apreciação tanto pode resultar no assentimento ou sanção quanto na recusa ou o veto.

A sanção transforma em lei o projeto aprovado pelo Legislativo podendo ser expressa ou tácita (art. 53 LOM). A sanção é expressa quando o Executivo dá sua concordância, de modo formal, no prazo de 15 dias úteis contados do recebimento da proposição de lei, resultante de projeto aprovado pelo Legislativo (art. 53, I, LOM). Já a sanção tácita é quando o Executivo deixa passar esse prazo sem manifestação de discordância (art. 53, II, LOM).

Art. 53. O projeto aprovado na forma regimental será, no prazo de dez dias úteis, enviado ao Prefeito que adotará uma das decisões seguintes:

I - sancionar e promulgar no prazo de quinze dias úteis;

II - deixar decorrer o prazo, importando o seu silêncio em sanção, sendo obrigatória, dentro de dez dias, a sua promulgação pelo Presidente da Câmara;

III - vetar total ou parcialmente.

Pode ainda o Executivo recusar sanção à proposição de Lei impedindo, dessa forma, sua transformação em lei, manifestando-se através do veto (art. 53, III, LOM),



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

que pode ser total ou parcial, conforme atinja total ou parcialmente o texto aprovado, nos termos do artigo 54 da Lei Orgânica, *in verbis*:

*Art. 54. O Prefeito, entendendo ser o projeto, no todo ou em parte, **inconstitucional ou contrário ao interesse público**, vetá-lo-á total ou parcialmente, em quinze dias úteis, contados da data do recebimento, comunicando dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara, o motivo do veto.*

§ 1º. O veto deverá ser justificado e, quando parcial, abrangerá o texto integral de artigo, parágrafo, inciso, alínea ou item.

§ 2º. O Prefeito, sancionando e promulgando a matéria não vetada, deverá encaminhá-la para publicação.

*§ 3º. A Câmara deliberará sobre a matéria vetada, em um único turno de discussão e votação, no **prazo de trinta dias de seu recebimento**, considerando-se aprovada quando obtiver o voto favorável da **maioria absoluta** de seus membros. (Em. 05/01)*

§ 4º. Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no parágrafo anterior, o veto será incluído na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

§ 5º. Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito, para que promulgue a lei em quarenta e oito horas, caso contrário, deverá fazê-lo o Presidente da Câmara em igual prazo.

§ 6º. A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

Quanto ao prazo para apresentação do veto verifica-se conformidade com o disposto no artigo supracitado, uma vez que o autógrafo foi recebido em 27/03/2018 e o ofício nº 668/2018- DTL/SAJ/P que comunicou o veto foi protocolado na Câmara em 19/04/2018, logo, tempestivamente.

Ainda, o veto pode ter por fundamento a inconstitucionalidade e a ilegalidade da proposição ou sua inconveniência.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

Sendo que no caso em tela configura-se hipótese de veto fundamentado na contrariedade ao interesse público.

Nesse particular, ponderamos que não cabe a este Departamento opinar sobre as razões para derrubada do veto, **competindo exclusivamente ao Plenário sua análise e apreciação.**

Ante o exposto, considerando tratar-se de veto fundamentado na contrariedade ao interesse público manifestar-se-á o Soberano Plenário.

É o parecer.

D.J., aos 02 de maio de 2018.


Aparecida de Lourdes Teixeira
Procuradora - OAB/SP 218. 375


Rosemeire de Souza Cardoso Barbosa
Procuradora - OAB/SP 308.298

Ciente e de acordo. Encaminhe-se à Comissão de Justiça e Bedação para deliberação.


Karine Barbarini da Costa
Diretora Jurídica - OAB/SP nº 224.506